

# GRAVIDEZ TRANSEXUAL: FORTALECIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBTQIAP+ NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO CONTEXTO GINECOLÓGICO E OBSTÉTRICO NA AMAZÔNIA

*Pedro Renan Nascimento Barbosa*

*Pedro Israel Mota Pinto*

*Barbara Caroline Martins Oliveira*

*Jéssica da Silva Santana*

*Davi Haydee Almeida Lopes*

## 1 TÍTULO

**G**ravidez Transexual: Fortalecimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIAP+ (PNSI LGBT+) na Formação Continuada de Profissionais da Saúde no contexto ginecológico e obstétrico na Amazônia.

## 2 TEMA E PROBLEMA:

A parentalidade não hegemônica<sup>1</sup> tem sido discutida a anos no mundo e no Brasil não diferente, principalmente no que se refere a casais homoafetivos e o processo de adoção, entretanto este assunto é de grande dimensão quando se atrela a composição familiar transparental, sendo pessoas transexuais um grupo da população LGBTQIAP+ mais marginalizado e com grande dificuldades para adentrar o sistema de adoção. Além desse contexto, há a possibilidade de pessoas transexuais que optam ou ainda não realizaram cirurgias de redesignação sexual engravidarem.

<sup>1</sup> Composições familiares homoparentais, transparentais, ou que não seguem o modelo familiar cisheteronormativo

A gravidez de pessoas transexuais ainda é muito ignorada pela sociedade, contudo torna-se necessário uma análise sobre a efetividade dos direitos sexuais e reprodutivos desta minoria social ao adentrar neste contexto. Levando-se em consideração que pessoas transexuais masculinas podem necessitar de assistência à saúde no planejamento familiar e/ou processo gravídico (planejado ou não), cabe às equipes de saúde estarem devidamente capacitadas a acolher, prestar assistência e atender estes usuários de forma integral e equitativa como preconiza os princípios do Sistema Único de Saúde.

Dado esse panorama e a análise histórica do Brasil quanto aos índices de transfobia contra esta população, é preocupante o impacto que o ambiente de saúde deve se adaptar para não repetir este padrão, pois além da reprodução de processos criminosos, afasta esta população dos cuidados de saúde devido ao medo da repressão e do preconceito. Assim, torna-se necessário a fiscalização da efetividade das políticas públicas de atenção à saúde a esta população, a capacitação profissional da equipe de saúde, além de ações para abordagem dessas temáticas para estes profissionais que terão contato e devem acolher a demanda deste grupo social sem a reprodução de atitudes LGBTfóbicas e com humanização no cuidado.

### 3 OBJETIVOS DA PESQUISA

#### 3.1 Objetivo Geral:

- Capacitar profissionais da saúde sobre cuidados ginecológicos e obstétricos à população transexual no planejamento e durante o processo gravídico através de uma cartilha de orientações, ações de divulgação e educação em saúde.

#### 3.2 Objetivos Específicos:

- Averiguar relatos e queixas da atenção à saúde de pessoas transexuais durante o processo gravídico;
- Formular, por meio dos relatos e queixas da população, uma cartilha de orientação de cuidados e assistência durante a gravidez transexual;
- Distribuir e divulgar o material produzido a gestores e suas equipes de saúde;

- Realizar ações de educação em saúde para auxiliar o processo de aprendizagem sobre a temática e favorecer a retirada de dúvidas com profissionais especialistas na área e a população transexual.

#### 4 REFERENCIAL TEÓRICO E NORMATIVO

De acordo com o Dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 (BENEVIDES, 2023), publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, o Brasil segue sendo o país que mais mata pessoas transexuais e travestis do mundo, pelo 14º ano consecutivo, dado este assustador em todas as esferas sociais, com impactos negativos na inclusão dessas pessoas em ambientes educacionais, assistenciais e em serviços de saúde devido o medo do preconceito e da violência.

Com isso, as políticas públicas de atenção à população LGBTQIAPN+ são cada vez mais necessárias para prevenir a discriminação contra essa população e permitir o acesso de cada um ao seus direitos fundamentais. A exemplo, a PNSI LGBT+ (Política Nacional de Saúde Integral a População LGBTQIAPN+) é de grande incentivo ao serviço público de saúde na atenção integral a esta população tão vulnerabilizada, e nesta proposta, com atenção ao grupo de pessoas transexuais, reforçando e assegurar a assistência em contextos ginecológico e obstétrico, por exemplo.

Partindo desse contexto, o serviço ginecológico e obstétrico pode ser um dos diversos ambientes a propagação de discriminação e violência contra estes usuários devido a ignorância e/ou a má compreensão sobre identidade de gênero, principalmente pelo despreparo e falta de experiência da equipe no cuidado a pessoas transexuais, tendo em vista que são espaços ocupados e utilizados geralmente por mulheres cisgênero. Assim, torna-se necessário a efetivação da PNSI LGBT+ neste espaço que cada vez mais é ocupado por pessoas transexuais como os casos de Roberto Bete e Lourenzo Gabriel, homens transexuais que engravidaram e tiveram seus partos assistidos pelo Sistema Único de Saúde, infelizmente com relatos de preconceito institucional.

Vale ressaltar que ainda é pouco discutido temáticas como a saúde de pessoas transexuais em ambiente academicista, assim como diversas outras formações. Assim, é de suma importância a manutenção do processo formativo após a conclusão de seus cursos e durante a vida profissional, a partir disso foi criada em 2004 a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) que fortalece o processo educativo e formativo dos profissionais em seus ambientes

de trabalho, para discussão de casos e manter a aprendizagem sobre temas não abordados durante a formação acadêmica.

Com isso, através da PNSI LGBT+ e da PNEPS, é necessário educar contextos importantes sobre identidade de gênero, favorecer a compreensão sobre os cuidados a população transexual, desde o uso do nome social a desconstrução do cuidado ginecológico e obstétrico a homens transexuais, além de estimular um ambiente harmonioso e acolhedor através do respeito a pessoas transexuais durante os cuidados de saúde necessário a esta população.

## 5 METODOLOGIA

Trata-se de uma intervenção em 3 etapas para a criação de uma cartilha sobre o cuidado ginecológico e obstétrico ao homem transexual para o processo de educação em saúde a profissionais de tais serviços na Região Metropolitana de Belém, .

### 5.1 Mapeamento de informações

Inicialmente será realizado um mapeamento com homens transexuais na literatura científica e autorrelatadas sobre sua relação com estes serviços de saúde e questões que acreditam ser necessárias abordagem melhores e evitar a continuação de padrões de preconceito e violência. Após isso, será averiguado nos serviços de saúde sobre dificuldades na compreensão e manuseio do cuidado à pessoa transexual. As informações auxiliarão o processo de confecção do material idealizado.

### 5.2 Confeção da Cartilha

Para a confecção, o apoio da equipe multiprofissional e interdisciplinar será de suma importância, como outros profissionais da saúde especializados no assunto, além de profissionais da publicidade, serviço social, direito e outros. A cartilha tem como objetivo descrever as questões pertinentes a saúde sobre sexo e identidade de gênero, direitos da população transexual, assistência, abordagens e cuidado a saúde ginecológica e obstétrica de homens transexuais, além de reforçar a ética profissional.

### 5.3 Distribuição teste e final

Serão realizadas distribuições para pessoas transexuais e equipes de saúde, para averiguar a opinião do público-alvo sobre o material e possíveis adaptações culturais para facilitar sua compreensão por cada indivíduo, após as adaptações e a avaliação da equipe criadora, a intervenção educacional oficial será iniciada a busca de recursos para financiamento de impressão e distribuição, divulgação e ações em saúde.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Pereira DMR, Araújo EC de, Cardoso Santos Gomes da Silva AT, Abreu PD de, Calazans JCC, Silva LLSB da. SCIENTIFIC EVIDENCE ON EXPERIENCES OF PREGNANT TRANSSEXUAL MEN. Texto contexto - enferm [Internet]. 2022;31(Texto contexto - enferm., 2022 31):e20210347. Available from: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2021-0347en>

Angonese M, Lago MC de S. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. Saude soc [Internet]. 2017 Jan;26(Saude soc., 2017 26(1)):256-70. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017157712>

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). - Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. 144f. ISBN: 978-65-992959-7-3

Benevides, Bruna G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p. ISBN: 978-85-906774-8-2